



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Turismo - SETUR
Compras e Licitações - SETUR-NUCOM
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de vigilância e segurança patrimonial, preventiva, ostensiva, armada, diurna e noturna, de forma contínua, inclusive nos feriados, mediante o fornecimento de mão de obra, com pessoal treinado e qualificado, devidamente uniformizado e identificado, incluindo equipamentos/ ferramentas/ materiais sob sua inteira responsabilidade, para proteção e guarda patrimonial dos bens móveis e imóveis do Complexo Turístico Memorial Rondon do Estado de Rondônia - SETUR/RO.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto deste estudo é a contratação de empresa especializada, na forma direta e contínua, na prestação de Serviços de vigilância e segurança patrimonial, preventiva, ostensiva, armada, diurna e noturna, de forma contínua, inclusive nos feriados, mediante o fornecimento de mão de obra, com pessoal treinado e qualificado, devidamente uniformizado e identificado, incluindo equipamentos/ ferramentas/ materiais sob sua inteira responsabilidade, para proteção e guarda patrimonial dos bens móveis e imóveis do Complexo Turístico Memorial Rondon do Estado de Rondônia - SETUR/RO.

1.2. Nesse sentido, o ETP é um instrumento imprescindível e integrante da fase interna de planejamento, que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, propiciando eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas metodologias ofertadas pelo mercado.

1.3. Primando ainda pela necessidade da contratação, resta frisar que ao gestor compete zelar pela segurança dos usuários, bem como primar pela conservação do patrimônio público, e que diante da finalidade pública, o Ordenador tem como melhor escolha aquela mais vantajosa para a Administração, tanto do ponto de vista econômico, quanto administrativo, pautando-se pelo princípio da eficiência, incluído no caput do artigo 37 da Constituição Federal.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os serviços de segurança e vigilância envolvem a disponibilização pela contratada de mão de obra capacitada para a tarefa de garantir a segurança e integridade do patrimônio público e Complexo turístico Memorial Rondon do Estado de Rondônia- SETUR/RO.

2.2. Devido a natureza dos serviços a serem executados, a contratação ocorrerá por meio de postos de trabalho, uma vez que, não se pode definir critérios de produtividade objetivos, de maneira a estabelecer uma contratação por resultado.

2.3. Os serviços de vigilância deverão ser prestados de segunda-feira a domingo (ininterrupta), envolvendo 1 (um) vigilante por plantão, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas diurnos e noturnos.

2.4. Os serviços de vigilância deverão ser prestados, mediante a contratação de empresa especializada do ramo, regularmente autorizada pelos órgãos competentes, através de vigilantes por ela contratados, detentores de curso de formação específica, de conformidade com a legislação pertinente.

2.5. A empresa de segurança contratada deve possuir todas as licenças e registros necessários para operar legalmente. Isso pode incluir licenças específicas para serviços de segurança privada, além de registros de seus funcionários.

2.6. Além da mão de obra, a prestação dos serviços deverá contemplar o fornecimento de todo o material, equipamentos, inclusive de proteção individual certificados, insumos e ferramental, o que implica vantagem para a Administração.

2.7. Considerando a atuação dos postos em regime 12x36 horas, o trabalhador deverá ser indenizado o intervalo intrajornada em 30 (trinta) minutos, não se ausentando o trabalhador de seu posto para usufruir do intervalo para descanso e alimentação. Essa alternativa, além de apresentar custos menores em comparação à necessidade de alocar outro trabalhador para a cobertura do intervalo intrajornada em diferentes postos, também facilita o trabalho da fiscalização administrativa e técnica e está em consonância com o caput do art. 59-A da CLT, incluído pela Lei 13.467/2017, segundo o qual:

"em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação."

2.8. Caberá aos postos de vigilantes o pagamento de adicional de periculosidade de 30% sobre o valor do salário base, conforme disposto na Cláusula Terceira da CCT e em consonância com o art. 193 da CLT e a Norma Regulamentadora (NR) 16, aprovada pela Portaria 1.885, de 03.12.2013, do extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

2.9. Todos os profissionais dos postos contratados deverão cumprir as atividades previstas na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, sem prejuízo de outras previstas em norma específica ou conforme demanda da Administração, desde que as ocorrências não impliquem em desvio ou acúmulo de função, não obstante caberá ao preposto da contratada e a fiscalização do contrato a análise da possibilidade de realizar atividades não previstas nos requisitos das atividades a serem desempenhadas, na CBO ou norma específica.

2.10. O rol de tarefas e de periodicidade listados pela Administração para os cargos é exemplificativo, não excluindo nem restringindo outras, não constantes nele, que podem ser expedidas, oportunamente, a critério da Administração, bem como uma frequência diferenciada daquela determinada, em razão de necessidade e de adequação dos serviços, para que estes atendam a contento à demanda pelos serviços, à critério da Administração.

2.11. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.12. É vedado a utilização, na execução dos serviços, de colaborador que seja familiar de agente público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante; a contratada deverá apurar se algum de seus colaboradores contratados se enquadrem na vedação em tela, e sempre que houver alteração com a troca de funcionários, apresentar declaração assinada por seus colaboradores na qual cada um afirme que não possui nenhum parente até o 3º grau no âmbito da SETUR/RO, a declaração deve ser apresentada à gestão do contrato em até 5 dias da apresentação do colaborador.

2.13. A contratada será responsável pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14, 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar da nota fiscal, caso seja exigida, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos; incluindo danos causados por seus empregados, em razão de imprudência,

imperícia ou negligência, bem como os danos causados a terceiros, no desempenho dos serviços contratados, e ainda arcar com a responsabilidade na ocorrência de acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e/ou terceiros, no desempenho das funções por ocasião da execução do objeto do Contrato.

2.14. A contratada deverá ainda elaborar e implementar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO pertinente ao objeto, devendo apresentá-lo no prazo de 30 (trinta) dias da contratação e renovar sempre que necessário, conforme legislação pertinente.

2.15. Art. 28. São requisitos para o exercício da atividade de vigilante e de vigilante supervisor:, nos termos do art.28 da Lei nº 14967 de 2024:

I – ser brasileiro, nato ou naturalizado;

II – ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

III – ter sido considerado apto em exame de saúde física, mental e psicológica;

IV – ter concluído com aproveitamento o curso de formação específico;

V – não possuir antecedentes criminais registrados na justiça pela prática de crimes dolosos e não estar no curso do cumprimento da pena e enquanto não obtida a reabilitação, nos termos dos [arts. 93 e 94 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal);

VI – estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

§ 1º São requisitos específicos para o exercício da atividade de vigilante:

I – ter concluído todas as etapas do ensino fundamental;

II – estar contratado por empresa de serviços de segurança ou por empresa ou condomínio edifício possuidor de serviço orgânico de segurança privada.

2.15.1. Art. 30. São deveres dos profissionais de segurança privada:

I – respeitar a dignidade e a diversidade da pessoa humana;

II – exercer suas atividades com probidade, desenvoltura e urbanidade;

III – comunicar ao seu chefe imediato quaisquer incidentes ocorridos durante o serviço, assim como quaisquer irregularidades ou deficiências relativas ao equipamento ou material que utiliza;

IV – utilizar corretamente o uniforme aprovado e portar identificação profissional, crachá identificador e demais equipamentos para o exercício da profissão;

V – manter-se adstrito ao local sob vigilância, observadas as peculiaridades dos serviços de segurança privada definidos no art. 5º e as de vigilante supervisor;

VI – manter o sigilo profissional, ressalvado o compromisso com a denúncia de ação delituosa.

§ 1º Os profissionais de segurança privada deverão prestar seus serviços devidamente uniformizados, ressalvadas as hipóteses previstas em regulamento.

§ 2º Os deveres previstos neste artigo não eximem o empregador da obrigação de fiscalizar seu correto cumprimento.

2.16. Do Uniforme, Materiais e Equipamentos mínimos a serem fornecidos pela Contratada:

2.16.1. A Contratada deverá fornecer Uniformes e Equipamentos de proteção individual adequado às tarefas que executam e às condições climáticas, bem como deverá providenciar a substituição/reposição dos mesmos quando se tornarem inadequados para o uso.

2.16.2. Os funcionários de segurança devem estar devidamente uniformizados e identificados enquanto estiverem em serviço. Isso ajuda a garantir que eles sejam facilmente reconhecidos pelos membros da comunidade e pelas autoridades locais.

2.16.3. Uniformes, materiais e equipamentos e seus complementos à mão-de-obra envolvida, mínimos, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e conforme o disposto em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho:

UNIFORMES - POR VIGILANTE PARA 12 MESES			
Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade (12 meses)
1	Calça	Unid.	4
2	Camisa de mangas curtas	Unid.	4
3	Camisa de mangas longas/Jaquetas	Unid.	4
4	Distintivo tipo broche	Unid.	1
5	Cinto de Nylon	Unid.	1
6	Sapato	Par	2
7	Meias	Par	4
8	Japona	Unid.	1
9	Quepe ou Boné com emblema/Distintivo	Unid.	1
10	Capa de Chuva	Unid.	1

EQUIPAMENTOS				
Item	Descrição	Espécie	Quantidade	Vida útil (meses)
1	Coldre	Unid.	1	12
2	Cassetete	Unid.	1	12
3	Porta Munição	Unid.	1	12
4	Colete Balístico Completo	Unid.	1	36
5	Revolver Calibre 38	Unid.	1	36
6	Munições C38	Unid.	12	12
7	Porta Cassetete	Unid.	1	12

MATERIAIS				
Item	Descrição	Espécie	Quantidade	Quantidade (meses)
1	Crachá	Unid.	1	12
2	Apito e cordão	Unid.	1	12
3	Pilha	Unid.	20	12
4	Lanterna	Unid.	2	12

5	Livro de Ocorrências	Unid.	1	12
---	----------------------	-------	---	----

- 2.17. Na execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar para cada posto de serviço, os materiais e equipamentos de acordo com o estabelecido a seguir:
- 2.17.1. Fornecer ao vigilante colete à prova de balas, para proteção do tronco contra riscos de origem mecânica e deve estar de acordo com a Portaria nº 1.802/2009, NR nº 06/2001 – EPI e Portaria nº 191/2006 editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria de Inspeção do Trabalho – MTE/SIT;
- 2.17.2. Fornecer armas, munições e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação do posto;
- 2.17.3. Apresentar à Contratante a relação de armas e cópias xerográficas autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma", que serão utilizadas no cumprimento do contrato;
- 2.17.4. A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa própria ou de terceiros e na salvaguarda do patrimônio do Contratante, depois de esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema.
- 2.17.5. Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;

3. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

- 3.1. Considerando que o efetivo completo com um total de 04 (quatro) vigilantes armados ;
- 3.2. Considerando , conforme quadro abaixo:

ESCALA	QUANTIDADE
DIURNO 12X36	2
NOTURNO 12X36	2
TOTAL:	4

- 3.3. Considerando a necessidade de uma maior controle de pessoas e veículos que tem a necessidade de acessar diariamente Complexo Turístico Memorial Rondon;
- 3.4. Um posto de vigilância armado diurno e noturno.
- 3.5. Contratação de 4 (quatro) vigilantes armados para revezamento diurno e noturno do turno de trabalho (12x36).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE POSTOS
1	Contratação de serviços de vigilância orgânica armada-ostensiva, preventiva, diurna e noturna, de forma contínua, por posto de 24h em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, mediante o fornecimento de mão de obra, com pessoal treinado e qualificado, devidamente uniformizado e identificado, incluindo ferramentas e materiais sob sua inteira responsabilidade, de acordo com as condições, especificações e quantitativos mínimos contidos neste Termo, para proteção e guarda dos bens móveis e imóveis, fiscalização, controle do acesso de pessoas, veículos e bens materiais e realização de rondas nas áreas externas. Escala de Trabalho: 12x36 horas diurnas e noturnas: Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança – Orgânica Diurnas e Noturnas – Todos os dias do mês de forma ininterrupta, inclusive feriados.	Posto de Serviço (diurno/noturno)	01

4. DEMOSTRAÇÃO DA PREVISÃO NO PCA

- 4.1. A contratação de plataforma digital especializada para realização de pesquisa de preços no âmbito da Administração Pública está prevista no Plano Contratações Anual (PCA), publicado por meio da Portaria nº 84 de 04 de dezembro de 2024 Id. (0055381744), no Anexo Único, conforme item demonstrado abaixo:

PORTARIA Nº 84 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2024								
Item	Ação	Descrição Sucinta do Objeto	Unidade de Fornecimento	Quant.	Data Desejada da Compra	Grau de Prioridade	Valor Estimado	Setor Requisitante
4	4126	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços orgânicos de segurança patrimonial e vigilância, ostensiva e armada, preventiva, diurna e noturna	Contrato	1	jan/25	Alta	R\$ 324.000,00	CONV

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 5.1. Considerando que foi observado cuidadosamente os elementos preconizados nas legislações supramencionadas, com o intuito precípuo de otimizar resultados
- 5.2. A melhor solução encontrada para atendimento da demanda é a contratação de empresa para a prestação dos serviços de vigilante armado por posto de trabalho.
- 5.3. Devido a natureza dos serviços a serem executados, esta modalidade de contratação justifica-se à medida que não se pode definir critérios de produtividade objetivos, de maneira a estabelecer uma contratação por resultados.
- 5.4. Desta forma, considerando que os serviços são continuados e absolutamente essenciais para o desempenho regular das atividades praticadas no âmbito do Complexo Turístico Memorial Rondon (uma vez que objetivam a preservação do patrimônio público e a segurança dos servidores e públicos em geral), é inexorável a implantação dos serviços de terceiros, notadamente no que tange à contratação do serviço de vigilante.
- 5.5. Verificou-se que a solução apresentada, além de ser economicamente viável, mostrando-se a opção mais adequada e vantajosa ao Memorial Rondon (SETUR-RO).

5.6. Após pesquisa de mercado verificamos a existência de várias empresas que prestam os serviços objeto dessa contratação em órgãos públicos vinculados ao Governo do Estado de Rondônia, que atendem os requisitos elencados pela SETUR/RO.

PREGÃO ELETRÔNICO	DATA DO PREGÃO	ÓRGÃO DE PESQUISA
198/2023	12/06/2023	FEASE-RO
451/2023	19/09/2023	IPERON-RO
507/2023	26/10/2023	SEPAT-RO

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. Convenção Coletiva 2024/2026 de 01/03/2024 a 28/02/2026 (0049222830)

6.2. A Superintendência Estadual de Turismo através do processo 0038.388172/2018-12, está na fase final de contrato com a empresa atual de vigilância e segurança patrimonial, preventiva e ostensiva, armada diurna e noturna de forma, no entanto continua, envolvendo vigilante no período diurno e noturno com escala de 12x36 horas em regime de escala sendo o posto de vigilância ocupado por 1 (um) vigilante em cada turno, mediante o fornecimento de mão-de-obra, com pessoal treinado e qualificado, devidamente uniformizado e identificado, incluindo ferramentas e materiais sob sua inteira responsabilidade, até mês de julho/2024 que encontra-se no valor a seguir:

SERVIÇO	VALOR	UNIDADE DE MEDIDA
VIGILANTE ARMADO DIURNO (12X36)	R\$ 13.164,92	Posto
VIGILANTE ARMADO NOTURNO (12x36)	R\$ 14.838,81	Posto

6.3. A estimativa de valores para a contratação, com base na média de preços do processo acima em andamento com o mesmo objeto, o **valor obtido para um posto diurno é de R\$ 13.164,92 (treze mil cento e sessenta e quatro reais e noventa e dois centavos), e de um posto noturno é de R\$ 14.838,81 (quatorze mil oitocentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavos).**

6.4. Considerando o valor acima para uma estimativa da nossa contratação que será de 1 (um) posto, sendo 02 (dois) vigilantes diurnos e 02(dois)vigilantes noturno, isso resulta num valor total anual estimado de **R\$ 336.044,76 (trezentos e trinta e seis mil quarenta e quatro reais e setenta e seis centavos).**

6.5. Ressalta-se que a contratação terá vigência de **24 (vinte e quatro) meses**, motivo pelo qual o valor global estimado é de **R\$ 336.044,76 por ano**, totalizando **R\$ 672.089,57** para o período contratual.

6.6. A Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP, através do Processo SEI 0069.000525/2023-55, está na fase final de licitação de contratação de serviço de vigilância e segurança patrimonial, preventiva e ostensiva, armada diurna e noturna de forma contínua, envolvendo vigilante no período diurno e noturno com escala de 12x36 horas em regime de escala sendo o posto de vigilância ocupado por 1 (um) vigilante em cada turno, mediante o fornecimento de mão-de-obra, com pessoal treinado e qualificado, devidamente uniformizado e identificado, incluindo ferramentas e materiais sob sua inteira responsabilidade, no qual foram obtidos os valores médio em seu quadro comparativo (0041433163), como segue

SERVIÇO	VALOR	UNIDADE DE MEDIDA
VIGILANTE ARMADO DIURNO (12X36)	R\$ 11.045,81	Posto
VIGILANTE ARMADO NOTURNO (12x36)	R\$ 12.921,56	Posto

6.7. A Polícia Civil-RO, através do Processo SEI 0019.001373/2023-01, está na fase final de licitação de Contratação de empresa especializada em prestação de SERVIÇO de VIGILÂNCIA e SEGURANÇA PATRIMONIAL ARMADA PREVENTIVA E OSTENSIVA, DIURNA E NOTURNA, em Porto Velho/RO, que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos, materiais e o emprego dos equipamentos necessários à execução dos serviços, no qual foram obtidos os valores médio do quadro comparativo(0043274463), como segue:

SERVIÇO	VALOR	UNIDADE DE MEDIDA
VIGILANTE ARMADO DIURNO(12X36)	R\$ 11.365,31	Posto
VIGILANTE ARMADO NOTURNO(12x36)	R\$ 13.095,79	Posto

6.8. A estimativa de valores para a contratação, com base na média de preços dos dois processos em andamento com o mesmo objeto, SEI 0069.000525/2023-55 SEOSP, e SEI 0019.001373/2023-01 (POLICIA CIVIL), **o valor obtido para um posto diurno é de R\$ 11.205,56 (onze mil duzentos e cinco reais e cinquenta e seis centavos), e de um posto noturno é de R\$ 13.008,68 (treze mil oito reais e sessenta e oito centavos).**

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1. As soluções que identificamos para atender a necessidade de serviços, de natureza contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, de Vigilância armada diurna e noturna são os seguintes:

SOLUÇÃO	PRINCIPAIS VANTAGENS E DESVANTAGENS
Solução 1: A própria Administração fazer o serviço.	Impossibilidade dessa forma de execução, considerando que a SETUR-RO não possui servidores/mão-de-obra suficientes, para a realização do serviços. Solução inviável.

Solução 2: Contratação de empresa especializada para a execução desse serviço, sendo uma terceirização.	Tem viabilidade de execução, considerando haver potenciais empresas que prestam o serviço; Vantagem em agregar o serviço com o fornecimento dos materiais e equipamentos para a sua completa execução - uniforme e armamento, evitando-se nisso outros processos e dando efetividade aos princípios da celeridade e eficiência; Vantagem de mão-de-obra especializada - homenageia o princípio da eficiência; Solução viável.
---	---

7.2. A solução 2 identificada é a considerada viável e melhor solução para a administração.

7.3. A execução indireta de vigilância armada, de forma continuada, compreendendo o fornecimento de mão de-obra adequada à execução dos serviços, durante todo o período de vigência contratual, visando atender as necessidades do Memorial Rondon.

7.4. **Especificações intrínsecas ao escopo:**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES
1	Posto de Vigilância Armada – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas
2	Posto de Vigilância Armada – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas

7.5. **Horários Preferenciais dos Postos:**

ESCALA	FREQUÊNCIA	HORÁRIO
12x36 Diurno	Diariamente	07h00 às 19h00
12x36 Noturno	Diariamente	19h00 às 07h00

7.6. Descrição geral - Vigilante - CBO nº 5173-30.

7.7. Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

8. **JUSTIFICATIVAS DE PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

8.1. No caso concreto, a divisão ou parcelamento da solução não traria benefícios a esta unidade administrativa pois não se mostra tecnicamente viável. Por se tratar da contratação de serviço com dedicação exclusiva de mão-de-obra, não é prudente que seja feita a divisão do objeto, considerando a quantidade de postos a ser contratada e a localidade única da prestação do serviço.

8.2. Não seria técnica e economicamente viável, assim, dividir-se o objeto e realizar a contratação com mais de uma empresa, aumentando o esforço administrativo necessário para gerenciamento dos contratos e ainda emergindo a necessidade de coordenar a ação de mais de um prestador de serviços para o mesmo objeto.

8.3. Ante o exposto, não há vislumbre de melhor aproveitamento de mercado ou ampliação da competitividade com a divisão da solução, ao contrário, o provável efeito seria de redução da economia de escala e criação de elevada complexidade no gerenciamento dos contratos, sem contrapartida positiva para a unidade administrativa.

8.4. Considere-se ainda o que aduz o Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário:

“[...] 9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática; [...]”

8.5. A concepção é no sentido do parcelamento de serviços especializados e do não parcelamento de serviços não especializados, evitando que haja, por exemplo, a contratação de soluções conjuntas, que por existirem no mercado de forma segmentada, seriam preferencialmente objeto de parcelamento.

8.6. Conclui-se que tal situação não se aplica na contratação atual, não havendo o que se falar em parcelamento, por se tratar de serviço único e especializado, não dependente de outra contratação, e de divisibilidade técnica e economicamente inviável conforme exposição acima.

9. **RESULTADOS PRETENDIDOS**

9.1. O demonstrativo dos resultados pretendidos deve levar em consideração a promoção da economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, em complemento a isso, o TCU define que os resultados pretendidos são os benefícios diretos que o órgão almeja com a contratação da solução, em termos de eficácia, eficiência, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, bem como, se for caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços, de forma a atender à necessidade da Administração.

9.2. Por meio da melhor solução identificada pretende-se atender a necessidade da SETUR-RO com a proteção/guarda dos bens móveis (suas instalações) e imóveis (equipamentos e materiais) colocados à disposição das mesmas para o desempenho de suas funções/deveres.

9.3. A melhor solução indicada se mostra benéfica e vantajosa uma vez que não implicará em investimento tais como contratações de pessoal, treinamento e administração de mão de obra, aquisição de equipamentos específicos e uniformes.

9.4. Proporcionar de forma ininterrupta, o funcionamento das atividades de segurança pública portuária, no tocante ao apoio da efetivação da vigilância e segurança patrimonial, visando garantir o fiel cumprimento da legislação vigente, em especial no tocante ao controle da entrada, permanência, movimentação e saída de pessoas nos acessos ao complexo turístico Memorial Rondon da SETUR-RO, com aplicação de procedimentos peculiares e exclusivos, buscando prevenir casos de sinistro, crime, contravenção penal, ocorrência anormal, evitar atos ou omissões danosas que possam afetar pessoas, instalações e equipamentos nas instalações do Memorial Rondon.

9.5. **Prevenção de Incidentes:** A presença de pessoal de segurança treinado e qualificado, tanto armado quanto não armado, ajuda a dissuadir atividades criminosas e reduzir o risco de incidentes, como roubo, vandalismo e invasões.

- 9.6. **Proteção dos Bens Patrimoniais:** A vigilância contínua, tanto diurna quanto noturna, visa garantir a proteção dos bens móveis e imóveis do Memorial Rondon SETUR-RO contra danos, perdas ou roubo.
- 9.7. Garantir adequada aplicação dos recursos públicos por meio da contratação de empresa especializada na atividade de vigilância (atividade meio), visando o atingimento do interesse público, por meio da consecução da missão do órgão, com eficiência e eficácia.
- 9.8. **Resposta Rápida a Emergências:** O pessoal de segurança está preparado para responder rapidamente a situações de emergência, como incêndios, vazamentos químicos ou intrusões, minimizando danos e garantindo a segurança de funcionários e visitantes.
- 9.9. **Manutenção da Ordem e Segurança:** A presença de vigilantes ostensivos ajuda a manter a ordem e a segurança dentro do complexo turístico Memorial Rondon da SETUR-RO, garantindo um ambiente seguro e tranquilo as pessoas que visitam o local.
- 9.10. Atender ao disposto no § 1º do art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, quanto à preferência pelo modo de execução indireto deste objeto, considerando que a administração não possui em seus quadros funcionais mão-de-obra suficiente para atender a demanda.

10. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

- 10.1. Considerando a natureza do serviço prestado e que se trata de nova contratação, em moldes semelhantes, de um serviço já em prestação na unidade administrativa, não se aplica a necessidade de alterações no ambiente físico do órgão ou, ao menos, não diretamente vinculadas a aquisição da solução.
- 10.2. As referidas designações decorrem do poder hierárquico, uma vez que este possibilita que a Administração organize e distribua funções, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores/empregados do seu quadro de pessoal.
- 10.3. Não haverá a necessidade de outras providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

11. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

- 11.1. Considerando a natureza do objeto, a forma de contratação e a estrutura atual da unidade administrativa, o presente ajuste não se encontra correlacionado ou interdependente de outro, sendo um serviço especializado, contínuo e, perante a ótica do planejamento desta contratação, independente.

12. **RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS MEDIDAS MITIGADORAS**

- 12.1. Por se tratar exclusivamente da prestação de serviço não observa-se a necessidade da análise de impactos ambientais, bem como adoção de medidas de tratamento correlato ao tema.

13. **GERENCIAMENTO DE RISCO**

RISCO 01 – FALTA DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa (X) Média () Alta
DANO	
A não possibilidade da contratação, acarretaria na falta de organização institucional, segurança patrimonial e na integridade dos colaboradores e contribuintes que frequentam as dependências da SETUR/RO	
Ação Preventiva	Responsável
Realizar Remanejamento ou Suplementação orçamentária	Controladora Administrativo e Financeiro CAF SETUR-RO
Ação de Contingência	Responsável
Não há.	Não há.
RISCO 02 – NA COLETA DE PREÇOS, O ORÇAMENTO NÃO CORRESPONDE À REALIDADE DO MERCADO.	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	(X) Baixa () Média () Alta
DANO	
Apresentação pelas empresas consultadas de valores (preços) não compatíveis com a realidade da média de preços de mercado.	
Ação Preventiva	Responsável
Consulta a banco de dados com preços de pesquisa de mercado, apresentados em	Comissão de Fiscalização

licitação anterior, preços Compras.gov e Órgãos Públicos.	
Ação de Contingência	Responsável
Definição de rotina e responsabilidade para pesquisas em várias fontes.	Comissão de Fiscalização

RISCO 03 – ATRASO NA CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO.	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa (X) Média ()Alta
DANO	
O evento aumentaria as despesas com pessoal sobrecarregando a equipe da SETUR-RO, causando transtorno para o bom atendimento e prestação de serviços.	
Ação Preventiva	Responsável

Chamamento do 2º colocado no processo.		Comissão de Licitação			
Ação de Contingência		Responsável			
Não há		Não há			
RISCO 04 – RECURSOS ADMINISTRATIVOS PROCEDENTES.					
Probabilidade:		() Baixa (X) Média () Alta			
Impacto:		() Baixa (X) Média () Alta			
DANO					
Atraso na licitação e não atendimento às demandas no prazo necessário. A aquisição pretendida se faz necessária para o bom andamento dos trabalhos da SETUR-RO					
Ação Preventiva		Responsável			
Analisar, com extensas diligências, propostas ofertadas no certame licitatório, reduzindo o risco.		Comissão de Licitação			
Ação de Contingência		Responsável			
Não há.		Não há			
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	ALTA				
	MÉDIA			RISCO 01 RISCO 03 RISCO 04	
		BAIXA			RISCO 02
			BAIXA	MÉDIA	ALTA
		GRAVIDADE/IMPACTO			

14.
- DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO
- 14.1.
- Declaro, com base no estudo realizado, que a contratação pleiteada é viável nos termos de disponibilidade de mercado e forma de prestação de serviços, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação no formato indicado.

Matrícula: *****109

ANTERO RIBEIRO DA TRINDADE
Chefe de Núcleo

Gilvan José Pereira Junior
Superintendente Estadual de Turismo – SETUR/RO



Documento assinado eletronicamente por **ULISSES DA SILVA GUEDES, Chefe de Unidade**, em 28/08/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antero Ribeiro da Trindade, Administrador(a)**, em 28/08/2025, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **GILVAN JOSE PEREIRA JUNIOR, Superintendente**, em 28/08/2025, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0063762429** e o código CRC **4EBB832B**.